

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

HODGETT (Gerald A. J.). — *História Social e Econômica da Idade Média* (tradução de Mauro Roberto da Costa Souza e Tayná Pinheiro da Costa Souza). Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975. 263 p. in 8º (21 x 14 cm.).

A Zahar Editores publicou numa boa tradução de Mauro Roberto da Costa Souza e Tayná Pinheiro da Costa Souza (do original inglês *A Social and Economic History of Medieval Europe* sob o título *História Social e Econômica da Idade Média*) a obra de Gerald A. J. Hodgett, que pretende

“sintetizar a pesquisa básica que tem sido realizada em muitos setores da História Econômica e Social da Europa Medieval, nos últimos vinte anos” (p. VII).

Esse caráter de síntese, com a exclusão de pesquisas próprias, apesar de válido, contribui para enfraquecer o alcance do livro, tendo ainda como agravante a tendência do autor em tomar partido categórico a respeito de pontos controvertidos entre os medievalistas, como veremos no transcorrer da resenha.

O A. traça inicialmente um quadro das transformações ocorridas na Europa, motivadas pelas invasões bárbaras, situando-as desde 180, quando Marco Aurélio e Cômodo derrotam os marcomanos, até a queda de Roma em 476; data em que considera como marco das transformações da Europa Ocidental. Tais transformações não se deveram às devastações, mas sim à fragmentação provocada pelos germânicos no Império Romano do Ocidente.

Apesar de se tratar de opinião discutível e de não coincidir com a maior parte dos medievalistas, julga o autor que houve um crescimento demográfico na Europa entre os anos 500 a 1.000 e, em consequência disso, necessidade de aumento da produção, provocando no período

“uma economia rural em expansão moderada” (p. 33),

mais ampla no norte que no sul. Tal expansão vincula-se de certa forma, às condições do solo e das técnicas agrícolas que não significam, para o A., inovação, mas sim um prosseguimento dos aprimoramentos iniciados pela civilização romana e que foram, com o transcorrer do tempo, se diferenciando no Norte e Sul da Europa, dadas as condições do solo.

(*) — Solicitamos do Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

O A. atribui o desenvolvimento das senhorias a partir das instituições Romanas, não excluindo todavia, a grande contribuição germânica. Mostra as variações regionais e as características peculiares das Senhorias, bem como o processo que levou escravos e homens livres a se tornarem servos; os laços de dependência na sociedade feudal, em suma:

“a diversidade considerável do *status* dos lavradores dependentes” (p. 45).

No que tange ao comércio medieval o autor julga que houve uma certa estagnação entre os séculos V e IX, vinculando-a às desordens políticas motivadas pelas invasões bárbaras. Faz, a respeito, um ligeiro confronto entre as interpretações de Dopsch, Pirenne, Baynes, Lopez, Denouard e Vercauteren.

O A. trata em seguida do Renascimento, tanto do comércio como das cidades, não desvinculando o Norte do Sul Europeu. Veneza foi o ponto chave do renascimento comercial, mas toda a Europa esteve incluída, impulsionada pelo crescimento demográfico, tendo a primazia do bispo de Roma e o movimento de cruzada fixado o rumo da expansão comercial para o Oriente. O A. não se detém em estabelecer as fontes de capital e as origens da classe de mercadores, mas trata do rendimento do capital e as técnicas usadas pelos italianos para financiar a empresa comercial, bem como o combate a usura feito pela igreja. Analisa o desenvolvimento bancário iniciado em Siena, a complexidade das formas de escrituração utilizadas pelos italianos, cujos métodos só foram adotados em toda a Europa no século XVI e examina, de forma sucinta, o desenvolvimento do comércio medieval Europeu; julga que as cidades italianas abriram

“o caminho para o renascimento comercial da Europa”
(p. 89),

entretanto coloca Flandres, Champanha e a Liga Hanseática em lugar destacado quanto ao renascimento deste comércio. O A. considera que nos séculos XII e XIII ocorreu um crescimento global na economia Européia, entretanto

“a falta de Capital e sobretudo, a ausência de qualquer avanço tecnológico importante impediram que a sociedade medieval efetuasse o arranco para o crescimento...” (p. 25).

Ao estudar o transporte medieval o A. considera em primeiro plano o fluvial e mesmo o marítimo; tece considerações sobre o estado de conservação das estradas, dos passos alpinos e do uso das carretas. Restringe-se, todavia, aos séculos XII a XV, período portanto da Baixa Idade Média, denominado *Later* em inglês.

O A. considera Bizâncio e Córdova dois mundos desenvolvidos, comparados ao subdesenvolvimento Europeu Medieval; verdadeiros exportadores de *Know-How* técnico e de *objets de luxe*, que lhes propiciava um *superavit* comercial capaz de tornar as duas cidades tão grandiosas que

“pasmavam o viajante pela sua dimensão e riqueza” (p. 134).

Tal posição é discutível, podendo-se contrapor-lhe, a título de exemplo, a de Jacques Le Goff, que em sua obra *La Civilisation de l'Occident Médiéval* enquadra tanto Bizâncio, como o Islam e toda Europa Ocidental num mesmo nível de desenvolvimento, embora os primeiros fossem mais ricos e refinados e o segundo mais pobre e rude.

Ao tratar da “indústria” medieval o A. divide-a em três capítulos, reservando um para a “indústria” de construção, outro para a de tecidos e um terceiro para a mineração e “indústria” metalúrgica. Na primeira desc eve as técnicas das construções de madeira e pedras, considerando que

“em muitos aspectos, a indústria de construção era distinta da indústria medieval em geral, desde o início foi capitalista em sua estrutura e dependia de uma grande massa de oficiais assalariados” (p. 159).

Quanto à “indústria” de tecidos, que considera também capitalista, o autor faz um estudo das principais áreas produtoras; Flandres, Itália e Inglaterra, considerando os processos de fabricação, de tintura, de comercialização, bem como toda a organização trabalhista. Com referência à mineração o A. demonstra a evolução das técnicas empregadas entre os séculos XII a XV e o aparecimento de uma classe de mineiros que se fortaleceu; pois com o aumento na procura de minérios (para uso agrícola, bélico e náutico), se o rei reservou para si o direito sobre a prata e o ouro, concedeu permissão para exploração dos outros minérios, especialmente carvão e ferro.

O A. dedica dois capítulos de seu livro ao que intitulou: “O apogeu da Sociedade Agrária Medieval” tratando em separado das “Relações de Posse” e “O Cultivo do Solo, as técnicas e a lavoura”. Quanto às “Relações de Posse”, destaca de um lado as relações senhoriais econômicas e de outro as jurídicas, analisando-as no Ocidente e Oriente Europeu, mas dando maior ênfase ao Ocidente, pois dispondo de maior número de fontes, pode inclusive sintetizar a evolução da senhoria e do *ban* por região. No que concerne ao “Cultivo do Solo, as Técnicas e a Lavoura” o autor inicialmente comenta algumas fontes de estudos sobre o assunto em pauta, passando em seguida a algumas considerações sobre o instrumental agrícola, sobre a estercadura, a irrigação, os moinhos e os tipos de culturas desenvolvidas. Conclui que, apesar das melhorias nas técnicas e no aproveitamento do solo, a produtividade

não se elevou muito. Concorde com uma produtividade em torno de quatro grãos por um, mas cita algumas variantes, de acordo com regiões mais ou menos férteis da Europa.

No último dos 16 capítulos de seu livro o autor enfoca o declínio e a busca de novos horizontes pela Europa, atribuindo como causas do declínio não apenas a peste negra, mas também as fomes, o clima, e a crescente tributação do século XIV. Entretanto, mesmo concordando com um declínio generalizado, o autor defende que esses “tempos difíceis” caracterizam uma fase de buscas de novos rumos para a Economia Européia e que esses foram realmente encontrados, especialmente pelas viagens portuguesas e espanholas que descortinaram um novo mundo. As rotas tradicionais da Europa — e nelas ressalta a importância das guildas como controladoras da produção, salários e preços — deram lugar à travessia dos Oceanos Atlântico e Índico. Em suma, para o A., os séculos XIV e XV já não são exatamente Idade Média.

WILSON VALENTIM BIASOTTO.

* * *

*

PERROY (Edouard). — *Le Monde Carolingien*, S.E.D.E.S., Paris, 1974, 274 págs.

Apesar da escassez de documentação referente à Europa abrangida pelo império de Carlos Magno, a riqueza de elementos intrínseca às fontes existentes aliada à imaginação e preocupações de historiadores, tanto do século XIX como XX, permitiu se originasse uma razoável massa de escritos àquele respeito. Certamente, o próprio mito Carlos Magno deve ter contribuído para que, consciente ou inconscientemente, fossem concretizadas pesquisas e especulações sobre o personagem e seu tempo.

Desde uma colocação como a de É. Littré (1801-1881) (1), excluindo Carlos Magno dos quadros da chamada Idade Média, até a celeberrima, imaginosa e não mais aceita tese de Henri Pirenne, inúmeros são os “trabalhos de detalhe” no tocante aos tempos carolíngios.

(1). — “Le moyen âge n'a pas créé les conditions sous lesquelles il s'est formé; il les a reçues. Aussi, ce qui seul doit être mis à sa responsabilité, c'est l'usage qu'il en a fait, soit pour les améliorer, s'il les a améliorées, soit pour les empirer, s'il les a empirées. Il succède à la domination des barbares en Occident. J'en fixe le commencement à la chute des Carlovingiens; c'est alors qu'il n'y a plus un seul chef germain à la tête des nations romanes; ces nations, redevenues indépendantes, sont gouvernées par des chefs indigènes; c'est aussi l'époque de l'établissement définitif et régulier de la féodalité”. (É. Littré, *Études sur les Barbares et le moyen âge*, Didier et Cie ed., Paris, 1883, 4a. edição, pág. IV).